

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – art. 26, I, do Decreto Estadual nº 342/2023

A construção do novo prédio do Posto Fiscal de Cristinápolis é uma medida urgente e necessária, tendo em vista a atual inadequação das instalações às demandas operacionais, funcionais e tecnológicas exigidas pelas atividades da fiscalização. O prédio, em seu estado atual, apresenta limitações estruturais que comprometem tanto a qualidade do ambiente de trabalho dos servidores quanto o atendimento aos contribuintes.

A modernização das instalações visa, em primeiro lugar, melhorar as condições de trabalho dos funcionários, promovendo um ambiente mais seguro, funcional, ergonômico e compatível com as exigências da atividade fiscal. Espaços adequados contribuem diretamente para o aumento da produtividade, da motivação e da qualidade dos serviços prestados.

Além disso, é imprescindível oferecer um atendimento mais eficiente, humanizado e acessível aos contribuintes, com ambientes planejados para receber o público com conforto, segurança e privacidade, respeitando normas de acessibilidade e boas práticas de atendimento.

Outro ponto fundamental é a necessidade de adequação às novas metodologias de fiscalização, que vêm demandando uma estrutura mais tecnológica, integrada e flexível. A evolução dos processos de fiscalização, com maior uso de dados, inteligência artificial e atuação em tempo real, exige ambientes preparados para a instalação de sistemas e equipamentos modernos.

Nesse contexto, destaca-se também a necessidade da implantação da Central de Monitoramento, que atuará como núcleo de inteligência e coordenação estratégica das ações fiscais. A Central de Monitoramento requer uma infraestrutura específica, com salas técnicas climatizadas, sistemas de monitoramento, painéis de controle e recursos de conectividade de alta performance, o que não é possível viabilizar nas condições atuais da edificação.

Portanto, a construção do novo prédio do Posto Fiscal de Cristinápolis é indispensável para garantir a eficiência institucional, a modernização dos processos de fiscalização, a valorização dos servidores e a melhoria contínua do atendimento ao público, consolidando a atuação da administração tributária em consonância com os princípios de legalidade, eficiência e transparência.

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – art. 26, II, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não há plano de contratações anual para o ano corrente.

3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS – art. 26, III, do Decreto Estadual nº 342/2023

- Apresentar atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovada que a empresa já tenha executado no mínimo serviços iguais ou similares aos descritos;
- Os preços apresentados deverão cobrir todos os custos no fornecimento de serviços de mão de obra especializada, cobrir todos os custos com os materiais necessários para execução do serviço, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos adequados ao serviço, transportes, remoção de máquinas ou equipamentos para execução dos serviços e seu reposicionamento no local, limpeza do ambiente, enfim, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.
- Comprovação de possuir em seu quadro permanente, ou prestador de serviços, profissional de nível superior - engenheiro civil, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, por execução de serviços com características semelhantes;
- A empresa deverá apresentar, declaração de que possui equipamentos, ferramentas, aparelhamentos e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do serviço.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES – art. 26, IV, do Decreto Estadual nº 342/2023

OBJETO	QUANTIDADE
R\$ 7.500,000,00	1

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO – art. 26, V, do Decreto Estadual nº 342/2023

Devido a complexidade do serviço, foi considerada apenas a opção em destaque

Foi considerada a contratação de empresa especializada na área de construção e reforma predial s para a realização das intervenções propostas.

Empresas do setor dispõem de estrutura técnica, mão de obra qualificada, equipamentos apropriados e experiência comprovada na execução de obras com padrões elevados de qualidade e exigências específicas, como é o caso de edificações voltadas a

atividades fiscais e administrativas. Isso garante a correta execução dos serviços, o cumprimento de normas técnicas, de segurança e acessibilidade, além da observância de prazos contratuais.

Além disso, a contratação externa possibilita o planejamento integrado das etapas da obra, com cronogramas definidos, controle orçamentário eficiente e menor risco de paralisações por falta de insumos ou pessoal, o que comumente ocorre em obras realizadas por meios próprios.

Outro fator decisivo é que essa alternativa preserva a força de trabalho da instituição, permitindo que nossos servidores se concentrem nas atividades-fim — fiscalização, atendimento ao contribuinte, planejamento e gestão — sem desvios de função ou sobrecarga.

6 - ESTIMATIVA DO VALOR POTENCIAL DA CONTRATAÇÃO - art, 26, VI, do Decreto Estadual nº 342/2023

Itens	Preço unitário estimado	Valor total
Construção do novo Posto Fiscal de Cristinápolis.	R\$ 7.500.000,00	R\$ 7.500.000,00

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – art. 26, VII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Considerando a necessidade de construção de uma nova estrutura física do Posto Fiscal de Cristinápolis, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos servidores, proporcionar melhor atendimento aos contribuintes, adequar os espaços às novas metodologias de fiscalização e possibilitar a implantação da Central de Monitoramento, a solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a execução da reforma da edificação.

A análise técnica demonstrou que a execução da obra com recursos próprios (mão de obra e materiais da instituição) é inviável, em razão da insuficiência de profissionais com qualificação técnica adequada no quadro atual, bem como pelos custos elevados que essa alternativa representaria, considerando a aquisição de materiais, equipamentos e eventual contratação de serviços complementares.

A contratação de empresa especializada no setor de construção civil se apresenta como a alternativa mais eficiente, segura e economicamente viável, uma vez que possibilita:

- Disponibilização de equipe técnica qualificada e experiente;

- Atendimento aos requisitos técnicos, legais e normativos da obra;
- Cumprimento dos prazos de execução por meio de planejamento e gestão profissional da obra;
- Liberação dos servidores da instituição para o exercício de suas atividades-fim, evitando desvio de função;
- Implantação de infraestrutura específica para o funcionamento da Central de Monitoramento, com recursos de tecnologia, segurança e comunicação adequados.

Portanto, a solução adotada atende de forma integral aos objetivos do projeto, garantindo a modernização da estrutura física do Posto Fiscal de Cristinápolis e alinhamento com as diretrizes estratégicas da administração tributária.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO – art. 26, VIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não haverá parcelamento do objeto.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – art. 26, IX, do Decreto Estadual nº 342/2023

A contratação de empresa especializada para a execução da Construção do novo Posto Fiscal de Cristinápolis visa alcançar os seguintes resultados:

Resultado Pretendido	Indicador de Resultado	Forma de Verificação / Medição
1. Melhoria das condições de trabalho para os servidores	Ambientes adequados, seguros e climatizados	Vistoria técnica pós-obra, registro fotográfico, termo de recebimento
2. Melhoria no atendimento ao contribuinte	Espaço de atendimento mais acessível, funcional e humanizado	Avaliação de satisfação, e comparação entre layouts antes/depois
3. Adequação da estrutura física às novas metodologias de fiscalização	Ambientes adaptados para uso de tecnologia e operações integradas	Implantação de rede, pontos de energia, mobiliário funcional
4. Implantação da Central de Monitoramento	Espaço dedicado a Central de Monitoramento com infraestrutura tecnológica e segurança adequadas	Instalação de equipamentos, conectividade e funcionalidade operacional
5. Conformidade com normas técnicas, acessibilidade e segurança	Obra executada de conforme projeto aprovado e normas técnicas vigentes	Laudos técnicos, ARTs e vistoria final com aceite formal
6. Execução da obra dentro do prazo e orçamento previstos	Cumprimento do cronograma e do orçamento contratual	Relatórios de acompanhamento, medições, fiscalizações

Resultado Pretendido	Indicador de Resultado	Forma de Verificação / Medição
7. Liberação dos servidores para atuação exclusiva nas atividades-fim	Ausência de desvio de função para serviços de manutenção ou reforma	Relatórios de pessoal e manutenção após a obra

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – art. 26, X, do Decreto Estadual nº 342/2023

A SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda, irá disponibilizar equipe de 02 (dois) engenheiros e 01 (um) técnico em edificações, para acompanhar toda a execução do serviço.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – art. 26, XI, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não será permitido admitida a subcontratação de serviços dentro do objeto a ser contratado.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS – art. 26, XII, do Decreto Estadual nº 342/2023

A execução da construção do novo Posto Fiscal de Cristinápolis, por meio da contratação de empresa especializada, poderá gerar **impactos ambientais de pequena escala**, típicos de obras civis de médio porte. No entanto, esses impactos são **controláveis, temporários e mitigáveis**, desde que sejam adotadas as devidas medidas de gestão ambiental durante todas as etapas da obra.

Principais impactos potenciais:

- Geração de resíduos da construção civil (entulho, sobras de material);
- Emissão de poeira e ruído;
- Consumo de recursos naturais (água, energia elétrica, materiais de construção);
- Trânsito de veículos e equipamentos no entorno do local da obra.

Medidas mitigadoras e de controle previstas:

- Contratação de empresa com responsabilidade técnica e comprovação de boas práticas ambientais;
- Destinação adequada dos resíduos sólidos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Adoção de práticas de canteiro limpo e uso racional de insumos;
- Controle de emissão de poeira e ruídos, com uso de barreiras físicas e limitação de horários;

- Preferência por materiais com menor impacto ambiental (ex: tintas à base d'água, materiais recicláveis ou certificados);
- Atendimento às normas ambientais vigentes no município e no estado.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – art. 26, XIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

A contratação de empresa especializada para execução da Construção do novo Posto Fiscal de Cristinápolis, foi analisada sob os aspectos legais, técnicos, operacionais e econômicos, sendo considerada plenamente viável e a alternativa mais adequada para atender à demanda da instituição.

OTAVIO HENRIQUE
ALENCAR FACANHA
ANDRADE:054355435
09

Assinado de forma digital por
OTAVIO HENRIQUE ALENCAR
FACANHA
ANDRADE:05435543509
Dados: 2025.09.26 13:56:58
-03'00'

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: NITT-VZED-CWSR-5FAS



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/10/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

● OTAVIO HENRIQUE ALENCAR FACANHA ANDRADE 26/09/2025 13:56:58 (Certificado Digital)